



# A MARINHA DO BRASIL

CMG (RM1) Claudio da Costa Braga\*



**P**roclamada a República naquela manhã de céu encoberto, momentos difíceis passariam a fazer parte do cotidiano do país. Os republicanos antigos, perplexos em terem que agora lidar com os problemas que tanto criticavam na Monarquia, agora teriam que enfrentar os novos republicanos, ávidos por um espaço na nova forma de governo. Os monarquistas tradicionais assim se mantiveram, cientes de suas convicções; porém outros, desorientados, passaram a aderir à República, chegando a ocupar cargos de importância.

Tivemos uma mudança brusca de Forma de Governo, de uma Monarquia com 67 anos para uma República recém-nascida, um conturbado período no qual se destacam um frágil Governo Provisório estabelecido às pressas, sem uma unidade de pensamento que lhe desse uma identidade, uma nova Constituição, um Golpe de Estado sob a liderança do próprio Presidente, um contragolpe a seguir, um novo Governo assumido pelo Vice-Presidente que teve sua legalidade contestada durante todo o seu período, uma Revolução Federalista no sul do país, uma revolta na Armada Nacional que lhe deixaria marcas indelévels de destruição e ódio e, finalmente, a eleição do primeiro presidente civil do país.

Uma luta insaciável pelo poder, desentendimentos políticos, autoritarismo, indisciplina militar, corrupção exacerbada, negociatas e desmandos administrativos faziam parte do ambiente reinante nesse início de República que, com certeza, não era a que se pretendia.

No campo econômico, um Ato do Governo Provisório que ficaria conhecido como “encilhamento”, numa tentativa de se modificar o sistema financeiro do País, viria a ser o fator preponderante na desarticulação econômico-financeira pela qual o Estado passaria. Elabo-

rado pelo primeiro Ministro da Economia na República, Rui Barbosa, esse Ato provocou no País uma desordem financeira sem precedentes, com enriquecimentos ilícitos, falências fraudulentas, corrupção desenfreada e negociatas vergonhosas, ficando conhecido como a mais desastrada medida econômica já conduzida por um Governo no Brasil.

A Monarquia nos deixara um legado de país respeitado e admirado mundialmente, muito devido às atitudes corretas e ao posicionamento preciso, no exterior, de nosso Monarca D. Pedro II.

Internamente, nenhum foco de tensão que ameaçasse a estrutura do Império sobressaía, podendo dizer até que o país vivia um dos momentos mais equilibrados desde a sua independência. A Lei Áurea, que abolira de uma vez por todas o trabalho escravo no Brasil, não causou maiores sobressaltos do que uns poucos, como os conhecidos “Barões do Café”, fato que foi facilmente contornado pelas benesses do Governo a esses latifundiários.

No período ao qual este artigo se dedica, o Brasil teve dois Presidentes militares: Marechais de Campo Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, até a assunção de um civil, o paulista Prudente José de Moraes Barros.

Não se registram nesse período quaisquer crises externas significativas que ameaçassem o território nacional. Entretanto, a instabilidade política preocupava potências estrangeiras da época, que passaram a manter observadores na Capital, atentos a qualquer prejuízo comercial ou financeiro que aquela instabilidade pudesse causar. Esses observadores eram protegidos por navios de guerra de seus respectivos Estados, estacionados na baía da Guanabara, e essa atitude ficaria conhecida como “a diplomacia das canhoneiras”.



**Marechal  
Deodoro da Fonseca**



**Marechal  
Floriano Peixoto**

Vale também destacar que a Marinha de Guerra, como instituição, esteve presente nos momentos mais críticos da História do Brasil, desde a Independência, e sempre com a posição de defesa da Pátria, sendo a responsável pela estrutura territorial que hoje possuímos.

Na consolidação da Independência sua participação foi significativa, enquanto que na Proclamação da República limitou-se a aceitar os fatos consumados. Entretanto, para fazer parecer que havia uma união de pensamento das forças militares de então, os líderes da Proclamação sempre tiveram o cuidado de colocar a Marinha no mesmo nível de importância participativa que o Exército, o que sabemos não ser a verdade.

Também não é verdade dizer que a Marinha era monarquista, como muito se vem apregoando desde aquela época. O sentimento de um Brasil República, já de algum tempo vinha sendo incorporado em significativo número de oficiais, na esperança de que com a República novos tempos e oportunidades se abrissem para o País. Havia, sim, um respeito e admiração muito grandes pela figura do Imperador.

Com o fim da Monarquia, ambições e disputas políticas desenfreadas, recheadas por corrupção e desordem econômica, formaram o ambiente que caracterizou os primeiros anos da República. Nesse início, a Marinha esteve pouco envolvida, mantendo-se à margem dos acontecimentos ou participando deles sem muita expressividade.

Essa postura secundária levaria a um sentimento de inferioridade de seus elementos perante os do Exército, principalmente na oficialidade mais jovem. Esse sentimento vem a se modificar quando o Almirante Custódio de Mello lidera um contragolpe sobre um governo desgastado, passando a ser considerado o Ministro mais importante de Floriano Peixoto, Governo que se sucede, inicialmente fragilizado.

Proclamada a República, modificações na estrutura administrativa do país tornam-se necessárias a fim de se enquadrar na mudança significativa que seria, de um dia para o outro, deixar para trás a cultura de 67 anos de Monarquia. Outro fator que acarretaria a necessidade de alterações marcantes seria decorrente do acelerado desenvolvimento tecnológico que se processava no fim do século XIX.

Na Marinha, mudanças também ocorreram, principalmente em decorrência de revoltas internas.

## Os Ministros da Marinha nos primeiros anos da República, e seus respectivos mandatos

- **Chefe de Divisão <sup>(1)</sup> Eduardo Wandenkolk**  
(15 de novembro de 1889 – 22 de janeiro de 1891).
- **Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal**  
(22 de janeiro de 1891 – 23 de novembro de 1891).
- **Contra-Almirante Custódio José de Mello**  
(23 de novembro de 1891 – 30 de abril de 1893).
- **Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves**  
(30 de abril de 1893 – 5 de janeiro de 1894).
- **Vice-Almirante (graduado) Francisco José Coelho Neto**  
(5 de janeiro de 1894 – 26 de junho de 1894).
- **Contra-Almirante Júlio Cesar de Noronha**  
(10 de maio de 1894 – 26 de junho de 1894).  
Respondeu interinamente pelo Ministério, na ausência do titular, função essa designada de Encarregado do Expediente.
- **General de Brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat**  
(26 de junho de 1894 – 2 de julho de 1894).  
Respondeu interinamente pela Pasta da Marinha.
- **Contra-Almirante João Gonçalves Duarte**  
(2 de julho de 1894 – 15 de novembro de 1894)

No Império, a direção maior da pasta da Marinha era exercida pelo Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, tendo sido o Barão de Ladário, Almirante José da Costa Azevedo, o último a ocupar esse cargo. Proclamada a República, Ladário é destituído da Pasta da Marinha, passando a ocupá-la o Chefe de Divisão Eduardo Wandenkolk. Se era republicano de primeira ordem não se sabe, não devendo ser, pois ocupava cargo importante na estrutura naval (Chefe da Divisão de Cruzadores, com designação em 9 de novembro para comandar a Divisão Naval do Terceiro Distrito, em Recife). Em janeiro de 1890 é promovido a Vice-Almirante e Deodoro a Generalíssimo.

Ao afastar-se da Pasta da Marinha, a pedido, Wandenkolk elegeu-se Senador pela Capital Federal e concorreria à Vice-Presidência na chapa de Deodoro. A outra chapa era Prudente de Moraes para Presidente e o Marechal Floriano Peixoto para Vice. Seriam eleitos Deodoro e Floriano.

Com a saída de Wandenkolk em 22 de janeiro de 1891, assume a Pasta da Marinha o Contra-Almirante Fortunato Foster Vidal, indicado pelo Barão de Lucena, Ministro da Agricultura, mas uma espécie de “Primeiro-Ministro”, pela sua proximidade com o Presidente Deodoro, a quem sempre se manteve fiel.

Durante reunião no Clube Naval realizada em 19 de fevereiro de 1891, os associados participantes deixariam registrado em Ata o apoio ao Generalíssimo Deodoro para a Presidência da República. Dias depois, outros oficiais reafirmaram que o papel da Armada era contribuir para a garantia das Instituições e acatar as Resoluções do Poder Constituído. A Constituição é então aprovada pela Assembleia Constituinte em 24 de fevereiro de 1891.

Eleito Presidente da República pelo Congresso Constituinte em 25 de fevereiro de 1891, Deodoro convida o Almirante Fortes Vidal a permanecer no cargo. Wandenkolk, derrotado, voltou à vida naval ocupando o Comando da Esquadra brasileira até 16 de dezembro de 1891, voltando a assumir a cadeira no Senado Federal. Em 3 de novembro de 1891, com o agravamento da situação política, Deodoro dissolve o Congresso:

“A paz, a ordem e a verdade das Instituições republicanas seriam mantidas. Os direitos adquiridos, atos e contratos legalmente celebrados, respeitados. Os tribunais funcionariam normalmente. Só seriam alteradas, modificadas e revogadas as leis que se opuserem às intenções e segurança geral. Um decreto convocaria oportunamente outro Congresso”.



**Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk**

A oposição a esse golpe do Governo logo aconteceria, tendo a Marinha sido a maior força na conspiração, sob a liderança do Contra-Almirante Custódio de Mello, que deflagrou um contragolpe em 23 de novembro de 1891.

Nesse intervalo, entre o golpe de 3 de novembro e o contragolpe de 23, uma crise na Marinha leva Wandenkolk à prisão; Custódio consegue se esconder e diversos outros oficiais têm suas prisões decretadas; os Almirantes Coelho Neto e Marques Guimarães pedem demissão ao se sentirem desprestigiados por Deodoro nomeá-los comandantes de duas Divisões Navais de menor importância que uma terceira que seria entregue



**Almirante Fortes Vidal**

ao comando de Saldanha da Gama, o Almirante mais moderno da Armada, recém-promovido em 19 de novembro último. Essas Divisões deveriam combater uma sedição à cidade de Rio Grande por tropas rebeldes no Rio Grande do Sul.

Em seguida, o Ajudante-General da Armada <sup>(2)</sup>, Almirante Carlos Balthazar da Silveira, também pede demissão. O Ministro recebe ordens para se dirigir à Montevideu a fim de verificar os meios que poderia dispor para combater a sublevação no Rio Grande.

Deodoro nomeia Saldanha para ser Ministro da Marinha. Saldanha pondera quanto à nomeação e sugere que, devido às circunstâncias, seria de melhor alvitre a sua nomeação para Ajudante-General da Armada, o que assim se processou.

Em 22 de novembro, Custódio sai da casa do amigo onde se escondera e inicia a mobilização das forças navais. Saldanha, já empossado Ajudante-General da Armada, tenta esboçar uma reação a Custódio de Mello que liderava a sublevação, apoiado, não pela alta hierarquia naval (só ele de Oficial General da Armada), e sim por oficiais nos primeiros postos da carreira.

Em 23 de novembro, Deodoro renuncia, assumindo a Presidência o Vice, Marechal de Campo Floriano Peixoto. Este manda chamar Custódio ao Palácio, que passa o comando das Forças Navais sublevadas ao Almirante Wandenkolk.

Nesse embate, duas personalidades navais se destacariam. Custódio de Mello, que desde os primeiros dias da República, recém-promovido a Oficial General, já se fazia presente na vida política nacional, como deputado representante da Bahia, sua terra natal, na Assembleia Constituinte. Sua ambição política sempre foi muito combatida pelos seus pares, por não se coadunar com a postura de quem vestisse uma farda. O outro, Saldanha da Gama, que ascendido ao Generalato na República, sempre se mantivera afastado de qualquer atividade republicana, monarquista que era.

Com o contragolpe e a liderança de Custódio, este assume o Ministério da Marinha, em 23 de novembro de 1891. Por mais de uma vez assumiria também o Ministério da Guerra. Seria a primeira aparição expressiva da Marinha no cenário político da República.

Em abril de 1892, após assinar uma Carta-Manifesto endereçada ao Vice-Presidente Floriano Peixoto, no exercício da Presidência, intimando-o a deixar o poder e a não interferir na política dos Estados, Wandenkolk é preso escondido em uma vila de pescadores no alto da Gávea. Wandenkolk, com o orgulho ferido, nunca

mais perdoaria Floriano. Em 7 de abril desse ano é reformado, compulsoriamente, como Almirante e deportado para Tabatinga, no Amazonas. Anistiado em agosto, reassume sua cadeira no Senado.

Em 1892, o Marechal Floriano sentiu-se forte com o apoio do Exército e também do Congresso que o legitimara como Vice-Presidente no exercício da Presidência e as relações com seu Ministro de maior prestígio começam a se desgastar.

O afastamento da Armada de seu Comandante Supremo, o Presidente, começa a se acentuar, prestigiando cada vez mais os representantes do Exército em detrimento dos da Marinha.



**Almirante Custódio de Mello**

O Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk, afastado desde abril de 1892, numa demonstração de ódio a Floriano, embarca em 13 de abril de 1893, com nome falso (E. Warren), e se dirige a Buenos Aires, antes, porém, deixando uma nota publicada no Jornal do Comércio, com os seguintes dizeres: "General, nos encontraremos um dia!".

Wandenkolk não esquecer a humilhação sofrida um ano antes quando da sua prisão numa choupana de pescador.

Em Buenos Aires diversos foram os encontros de Wandenkolk com Gaspar Silveira Martins, inimigo político de Floriano que liderava a oposição ao Governo de Júlio Prates de Castilhos no Rio Grande do Sul, desencadeando a Revolução Federalista. Todos os encontros foram publicados no Jornal do Comércio, na Capital Federal.

As discordâncias aumentaram entre Custódio e Floriano, devido à forma como o Vice-Presidente tratava a Revolução no sul do país, culminando com uma carta de demissão do Ministério apresentada por Custódio, em 28 de abril de 1893. E para substituí-lo, o Vice-Presidente convida o Contra-Almirante Saldanha da Gama, que recusa tal convite por duas ocasiões, uma delas com rispidez.

É convidado, então, o Contra-Almirante Carlos Balthazar da Silveira, que impõe como condição a anulação da transferência para a reserva e reforma dos almirantes signatários da Carta-Manifesto de 31 de março do ano anterior. Não foi aceita.

Por fim, é convidado o Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, que aceita.



Como mais um ato de oposição a Floriano, em 16 de maio, Wandenkolk, mesmo ausente, é eleito Presidente do Clube Naval, assumindo em seu lugar o Vice eleito, o Capitão de Fragata Alexandrino Faria de Alencar.

Em 6 de julho, Wandenkolk embarca em Montevideu no Navio Frigorífico Júpiter e, juntamente com seus correligionários, armas e munições, dirigem-se para a ocupação da cidade de Rio Grande.

Foi um ato desastroso, culminando com a prisão do Almirante na baía de Canavieiras, em Santa Catarina, que depois foi transportado para o Rio de Janeiro, onde

ficaria preso na Fortaleza de Santa Cruz. Foi uma operação isolada, sem o apoio de nenhum outro elemento da Marinha.

Esse fato gerou grande polêmica na ocasião, pois Wandenkolk, como Senador da República, teria direito a um posicionamento do Senado, que não aconteceu, além de que o *habeas corpus* impetrado em sua defesa foi rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal.

O tratamento dispensado pelo Governo Federal à Marinha era considerado injusto e desigual em relação ao dispensado ao Exército, inclusive no que afetava ao “bolso”, como os vencimentos, ajudas de custo, vantagens pecuniárias e comissões especiais.

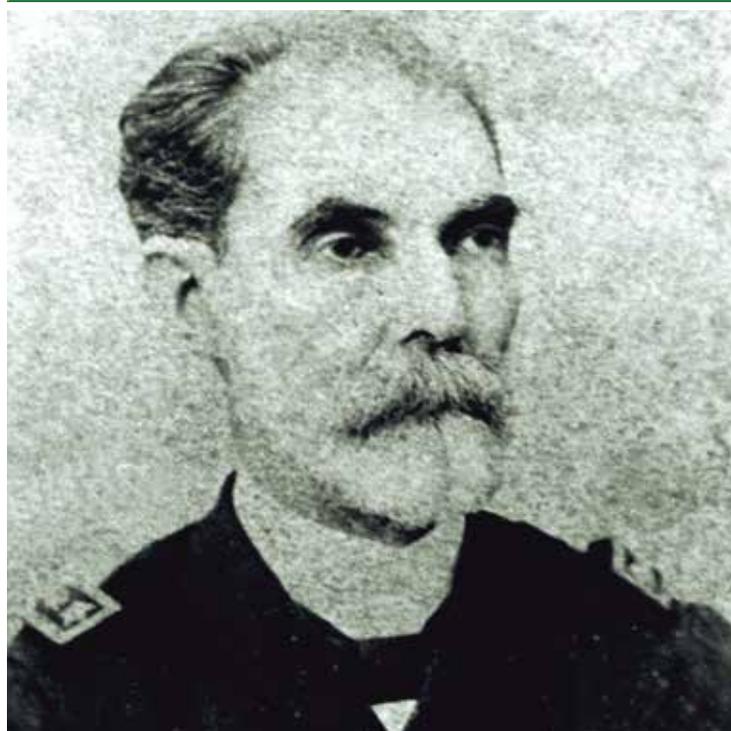
A vida na Armada era calamitosa, com a oficialidade envolvida politicamente, promovendo reuniões abertamente contra o Governo, algumas até noticiadas nos jornais. Grupos de oficiais se uniam e ostensivamente procuravam um chefe naval para liderá-los em um movimento que derrubasse Floriano. Propagavam um Governo que respeitasse a Constituição, pacificasse o Rio Grande do Sul e fosse composto por um presidente civil. Os mais participativos eram os tenentes, que chegaram a convidar para liderá-los diversos Almirantes: Saldanha da Gama, Balthazar da Silveira, Jaceguai e Custódio de Mello<sup>(3)</sup>. Registra-se que o Capitão de Fragata Alexandrino Faria de Alencar chegou a voluntariar-se, não sendo, entretanto, considerado.

Nesses quase quatro anos de República o que se vira foram lutas políticas inescrupulosas e cheias de ambição, irregularidades financeiras, anarquia e indisciplina, chegando seus reflexos na Marinha, na qual a crise atinge seu auge em 6 de setembro de 1893, quando é declarada a revolta de alguns navios da Armada, sob a liderança do Almirante Custódio José de Mello. Sua atuação como líder revolucionário não correspondeu às expectativas de suas virtudes demonstradas ao longo de sua carreira militar. Ou superestimou as forças sob seu comando ou subestimou a reação de Floriano. O que mais parece é não ter o Comando da revolta agido com audácia estratégica necessária para que o levasse a tomar decisões de maior alcance.

Saldanha da Gama não dispensava qualquer simpatia pela revolta, tendo-se negado em todas as abordagens a dela participar. Não se alinhava também com o Governo, adotando assim uma posição pouco ortodoxa, qual seja a de manter fora da influência de ambos os lados a tropa que comandava: os Aspirantes da Escola Naval, na Ilha das Enxadas, e o Corpo de Marinheiros Nacionais, na Ilha de Villegagnon.



**General de Brigada  
Bibiano Sérgio Macedoda Fontoura Costallat**



**Contra-Almirante João Gonçalves Duarte**

Seriam momentos difíceis que passaria a viver a Marinha, com quebras contumazes da disciplina e hierarquia. Oficiais e marinheiros, que por anos a fio haviam compartilhado grandes momentos de nossa História, na integração e na defesa do território brasileiro, viam-se agora em lados opostos, agredindo-se, desrespeitando-se e convivendo numa total inversão dos valores morais e militares que tanto valorizavam.

Em 10 de outubro de 1893, o Decreto Presidencial nº 1.560, assinado pelos Ministros da Marinha; Justiça e Negócios Interiores; Relações Exteriores; Indústria, Viação e Obras Públicas; e Fazenda, dispõe sobre os navios e fortificações em poder dos revoltosos de 6 de setembro último, estabelecendo que ficariam destituídos de suas imunidades, privilégios e prerrogativas.

Por fim, a adesão de Saldanha da Gama à revolta em 7 de dezembro, só iria fortalecer a pertinácia de Deodoro, que apoiado pelo Legislativo, Judiciário e pelo Exército, disseminaria que o Governo lutava pela manutenção da República.

Durante a Revolta, ocupava o cargo de Chefe do Estado-Maior General da Armada, cumulativamente com o de Comandante em Chefe da Esquadra, o Vice-Almirante Coelho Neto, quando foi chamado por Floriano para assumir a Pasta da Marinha. Aí permaneceria por seis meses até pedir demissão, em 26 de junho de 1894.

Assume, então, o Ministério da Marinha, o General de Brigada Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat, permanecendo até 2 de julho seguinte.

A Pasta da Marinha é assumida pelo Contra-Almirante João Gonçalves Duarte até 15 de novembro de 1894, data em que se inicia o Governo de Prudente de Moraes.

### **Os primeiros anos da República foram de momentos difíceis na História da Marinha e do Brasil. ■**

#### **Notas:**

(1) Posto extinto em 30/12/1889 e o imediatamente superior a ele, Chefe de Esquadra, foi renomeado para Contra-Almirante.

(2) O equivalente hoje a Chefe do Estado-Maior da Armada.

(3) Era ponto comum, entre a oficialidade mais ligada à conspiração, a relutância em escolher Custódio pela sua vaidade, ambição política e individualismo, inspirando-lhes poucas simpatias e limitada confiança.

\* Membro Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e Detentor do Prêmio "Medalha Jaceguay".